



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 01 – 2021

Aos dezanove dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e um, pelas vinte horas, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal deste concelho, no Auditório do edifício municipal Multiusos, em Pampilhosa da Serra, com dezanove presenças, cujas assinaturas constam do respetivo livro.

Nos termos do nº 3 do Artigo 46º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Mesa foi composta pelo Senhor Presidente, Hermano Manuel Gonçalves Nunes de Almeida, pelo 1º Secretário António Gonçalves Antunes Cebola e pelo 2º Secretário Daniela Ramos Alves.

O Senhor Presidente da Assembleia, Hermano Almeida, cumprimentou os presentes e deu início à sessão.

De acordo com a alínea j) do nº 1, do artigo 29º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Mesa da Assembleia justificou a falta de comparecimento dos Senhores Deputados: António Manuel Costa Lopes Russo (PS), João Pedro Gomes Gonçalves (PSD), Licínio Fernando Garcia de Figueiredo (PSD) e José de Jesus Martins (PSD), tendo todos apresentado a devida justificação.

Seguidamente, o Senhor Presidente Hermano Almeida, sugeriu que a Assembleia guarde um minuto de silêncio em homenagem ao Dr. José Henriques da Cunha, médico e antigo Presidente da Assembleia Municipal, que faleceu em dezembro do ano passado. O Dr. José Cunha foi o Presidente da Assembleia que mais anos serviu esta casa no pós-25 de abril, teve um papel relevante na democracia do concelho de Pampilhosa da Serra e merece, em sua memória, um minuto de silêncio.

Após aquele ato, o Senhor Presidente Hermano Almeida referiu que é importante conservar a memória, mesmo para a gente mais nova que não teve o privilégio de estar com o Dr. José Cunha, mas pelo menos saber o que ele fez e ter algumas recordações. Com esse propósito, informou que elaborou um texto em sua homenagem que foi publicado no "Serras da Pampilhosa" e na "Comarca de Arganil", que dá uma pequena imagem daquilo que ele fez pela terra, principalmente no período democrático.

No seguimento deste assunto, pediu a palavra o Senhor Deputado Doutor Anselmo Gonçalves e, após cumprimentar os presentes, referiu que relativamente ao Dr. José Cunha, não como Presidente da Assembleia Municipal da Pampilhosa da Serra eleito pelo PSD, mas porque teve uma ligação com ele pessoal, no tempo em que ele fazia parte do Conselho de Administração do Hospital João Crisóstomo em Cantanhede, em que teve oportunidade de muitas vezes estar com ele, noutras ligações enquanto militante do PSD, sempre foi de uma delicadeza extrema, de uma educação irrepreensível, e, quase que diria, um toque de veludo com todas as pessoas que o procuravam. Nessa altura foi acompanhado muitas vezes por pessoas da Pampilhosa



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que o procuravam para determinadas situações, e aquele homem sempre teve um trato de veludo, não tinha nada de ríspido, nada de contrário. Era um homem com quem sempre interagiu com muito cuidado, mesmo depois daquilo que foi o seu processo de transferência para outra força política, foi sempre uma pessoa de uma delicadeza e de uma postura que pretende aqui reconhecer e gostaria que isso ficasse registado em ata. Confessou estar emocionado, e realçar que o Dr. José Cunha estava muito acima de muita colsa e de quem ficou com saudades, claramente.

Não havendo mais ninguém a querer intervir, passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 – Ata da sessão ordinária de 27 de novembro de 2020;

O Senhor Presidente Hermano Almeida colocou à consideração da Assembleia a Ata da sessão ordinária de 27 de novembro de 2020 e, não havendo nenhuma objeção, foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

1.2 – Leitura do expediente;

O Senhor Presidente deu a conhecer o expediente, do qual constava:

- email do Senhor Deputado António Costa Lopes Russo, a comunicar da impossibilidade em estar presente na sessão da Assembleia, por motivos de ordem pessoal;

- email do Grupo Parlamentar Os Verdes, a remeter, para conhecimento, a pergunta ao Ministério das Infraestruturas e Habitação que lhe foi dirigida pelos Srs. Deputados Mariana Silva e José Luís Ferrelra, sobre as dificuldades de acesso à Internet numa parte significativa do país.

Relativamente ao assunto em apreço, o Senhor Presidente Hermano Almeida referiu que gostaria que o Senhor Presidente José Brito informasse a Assembleia Municipal sobre a questão apresentada pelos Verdes, oportunamente, tendo em conta as notícias que vão surgindo sobre o problema de igualdade de oportunidades em termos de cobertura da internet e no que diz respeito às aulas de ensino à distância, bem como na distribuição de computadores, se há avarias ou não, a fim de que a Assembleia possa tomar uma posição nesse sentido junto de quem de direito.

- email do Grupo Parlamentar Os Verdes, a remeter, para conhecimento, a pergunta ao Ministério da Educação que lhe foi dirigida pelos Srs. Deputados Mariana Silva e José Luís Ferreira, sobre avarias em computadores cedidos aos alunos no âmbito do Programa Escola Digital;

- email do Grupo Parlamentar Os Verdes a comunicar que está agendada para discussão em plenário da Assembleia da República, no próximo dia 29 de janeiro, a



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

iniciativa do Partido Ecologista Os Verdes: Projeto de Lei nº 620/XIV/2ª – Procede à reposição de freguesias;

- email do Centro de Ciência Viva de Estremoz com informação sobre o programa "Garantir Cultura";

A finalizar, referiu que todo o expediente se encontra à disposição dos Senhores Deputados para consulta.

1.3 – Outros assuntos

Não havendo ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente Hermano Almeida passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 – Apreciação das Atividades Administrativas e Financeiras da Câmara Municipal, nos termos do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente José Brito, que iniciou a intervenção saudando os presentes e referiu que em primeiro lugar pretendia também dar uma palavra relativamente ao Dr. José Cunha; o Executivo Municipal já tinha aprovado um Voto de Pesar pela sua partida e pretende também fazer algo mais em termos de homenagem, porque foi realmente um pampilhosense dos sete costados; fez muito por esta terra e viveu com muita intensidade todo este concelho. Mais referiu que, tal como já foi dito, era um homem de fino trato, que não molestava ninguém, pelo contrário, mostrava sempre disponibilidade para resolver problemas e para fazer coisas. Muito nos honrou tudo o que ele fez pela Pampilhosa enquanto médico e enquanto Presidente da Assembleia Municipal. Todos nos lembramos da forma já difícil com que ele terminou o mandato em 2009, porque a doença já o estava a debilitar mas conseguiu terminar o mandato com grande apoio da restante Mesa e até nisso se vê a resiliência e a força que ele tinha. Um homem que nos deixa muita saudade e, como é evidente, todos admirámos ao longo da sua vida.

Seguidamente e referindo-se à questão suscitada pelo Senhor Presidente Hermano Almeida, relativamente à cobertura de internet para os alunos nas povoações, informou que em relação aos computadores tudo foi resolvido em conjunto com a Escola, pelo que essa situação está perfeitamente estável. No que respeita às avarias, o Município, com o seu Gabinete de Informática também vai resolvendo da forma que pode. Há uma questão que é importante mencionar: realmente há determinadas localidades que têm dificuldades no acesso à internet e principalmente têm pouca velocidade, o que por vezes provoca interrupções que dificultam a vida aos nossos alunos. Não é em todo o lado mas existe nalguns casos. Lembramo-nos todos dos Incêndios de 2017, em que tudo ardeu, as nossas gentes ficaram sem telefone, sem televisão, e a determinada altura a Altice pediu que falasse com os



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pampilhosenses no sentido de que tivessem paciência por mais quinze dias, para a reposição dos serviços, porque já tínhamos 50% do concelho com fibra e transformaríamos os outros 50% que estavam em cobre, em fibra. E assim fizeram, mas com um inconveniente, e é nisso que vale a pena lutar: temos aldeias onde a fibra passa e as pessoas não têm acesso porque não estão montados os equipamentos de ligação. E eles só os montam - porque funcionam de uma forma muito comercial - se tiverem uma quantidade de clientes que o justifique. Em sua opinião, isso é um crime porque sabendo nós e principalmente com a pandemia, que provocou algo que nos prejudica a todos mas que de certa forma valoriza estes territórios com o que cá existe, porque muitos daqueles que estão nas grandes cidades preferem estar confinados na Pampilhosa e fazer teletrabalho a partir de cá do que num apartamento em Lisboa, porque têm outras condições, desde que tenham este meio importantíssimo, que não está devidamente aproveitado porque os operadores avaliam sempre o custo relativamente a estes aspetos. O Executivo já tem feito pressão e a Assembleia Municipal também poderia pedir uma ajuda, neste caso aos Verdes, porque só através da Assembleia da República, uma vez que através das autarquias pouco adianta, no sentido de que as povoações da Pampilhosa, muitas têm fibra e acesso à fibra, outros têm a fibra a passar e não conseguem aceder porque não têm os equipamentos disponíveis para isso. Referiu que o Senhor Vice-Presidente pode complementar esta informação, uma vez que tem acompanhado bastante este setor.

Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente Jorge Custódio, que cumprimentou os presentes e referiu que a título de resposta aos Verdes e à pergunta formulada, mais uma vez como em muitos outros campos, é a Câmara Municipal que vai respondendo a todas as lacunas que o Governo não consegue e esta foi mais uma vez uma delas. Porque houve um trabalho meritório por parte do Gabinete de Educação da Câmara, que fez um levantamento não só de todos os alunos que não tinham computador ou não tinham condições para poder ter, ao mesmo tempo fez-se também o levantamento das aldeias que tinham ou não tinham cobertura de net e mesmo assim ainda foi a Câmara Municipal que comprou uns *outspots* consoante a intensidade de rede da NOS, da MEO ou da Vodafone das aldeias, para ver se os alunos, não tendo as melhores condições, pelo menos minimizávamos. Sublinha o que foi dito pelo Senhor Presidente, quando o Governo não faz, têm que ser as Câmaras Municipais a tomarem a iniciativa senão os nossos alunos ficavam para trás.

Seguidamente, o Senhor Presidente José Brito, no cumprimento da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, artigo 25º, iniciou a sua intervenção dando a conhecer o Resumo Diário de Tesouraria de 15 de fevereiro, que apresenta os seguintes valores/total de disponibilidades: De operações orçamentais: 2.752.511,17 € (dois milhões setecentos e cinquenta e dois mil quinhentos e onze euros e dezassete cêntimos); De operações não orçamentais 339.655,61 € (trezentos e trinta e nove mil seiscentos e cinquenta e cinco euros e sessenta e um cêntimos), num total de movimentos de Tesouraria de 3.100.726,20 € (três milhões, cem mil setecentos e vinte e seis euros e vinte cêntimos). Relativamente a Fornecedores, à data de 19/02 temos o



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

valor de 16.329,00 € e o Imobilizado e outros no valor de 12.156,00 €. Estes são documentos que estão em curso, estão a ser visados e ainda não foram pagos.

Relativamente às informações do Senhor Consultor Jurídico, Dr. Pedro Pereira Alves, o Senhor Presidente José Brito referiu que de uma forma geral, a maior parte dos processos estão muito parados também devido à pandemia, pelo que a evolução tem sido muito lenta. Continuamos praticamente com todos os processos em curso relativamente à sessão anterior, não havendo nenhuma situação que altere fundamentalmente a Informação dada na última Assembleia.

Passou de seguida a dar conhecimento à Assembleia Municipal das atividades da Câmara Municipal desenvolvidas desde a última sessão ordinária, realizada em 27 de novembro de 2020, com apolo audiovisual e pela ordem constante da informação escrita, previamente entregue aos Senhores Deputados, em que foi assinalando as obras em curso ou concluídas, no que diz respeito a **Vias Municipais e Arruamentos; a trabalhos realizados e eventos levados a efeito quanto a Educação, Cultura, Turismo, Desporto e Ação Social, a Águas, Lixos, Saneamento, Ambiente e Outros, bem como a atribuição de subsídios a diversas instituições do Concelho**, sobre os quais prestou esclarecimentos relativamente ao destino que lhes é dado

O Senhor Presidente referiu ainda que as obras por administração direta não são muitas porque os trabalhadores estão a trabalhar em espelho. Houve recentemente algumas adjudicações de determinadas obras que estão em Plano para o corrente ano e que queremos que comecem dentro de pouco tempo.

Informou ainda sobre o desenrolar do Plano de Vacinação à Covid-19 no concelho de Pampilhosa da Serra e segundo os dados oficiais, até ao dia 16 de fevereiro tinham sido vacinadas 166 pessoas com toma completa e 159 com a primeira dose, num total de 325 pessoas abrangidas até à data e que, de forma a criar mais espaço e funcionalidade, o município em perfeita articulação com o Centro de Saúde e o Delegado de Saúde, acoplou uma tenda junto às instalações do Centro de Saúde para auxiliar na implementação do plano de vacinação.

Relativamente ao assunto em apreço, o Senhor Vice-Presidente, Jorge Custódio usou da palavra para esclarecer que este processo não é liderado pela Autarquia, que apenas está a tentar ajudar de maneira a que seja mais célere e eficaz tanto quanto possível; Nesse sentido, explicou que a Câmara Municipal já criou um *call center*, devidamente articulado com as Autoridades de Saúde, através do qual funcionários da Autarquia vão estar dedicados a contactar todas as pessoas que vão ser vacinadas, seguindo a listagem que vai sendo atualizada pelo Centro de Saúde.

Depois do contacto, caso as pessoas precisem de transporte, a Câmara Municipal já tem preparado um sistema que contará com a ajuda da rede de táxis do concelho, de modo a que todas as pessoas, sem exceção, possam deslocar-se ao Centro de Saúde no dia próprio. Por fim, referiu que a bem de protegermos a nossa população vamos tentar fazer o máximo de esforços possíveis nesse sentido.



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De seguida pediu a palavra o Senhor Deputado Doutor Anselmo Gonçalves para referir que tem verificado deslizamentos nas estradas e chama a atenção que não são deslizamentos, são outro tipo de movimentos de massa; em concreto gostaria de falar na questão que está aqui ao pé da bomba de gasolina e pergunta: quando se adjudica uma obra com um custo, essa obra implica trabalho de engenharia; não há um estudo geológico e geotécnico que possa justificar aquilo que se passou?

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente José Brito e este informou o Senhor Deputado que há estudo geológico da obra e foi feito um plano pelos técnicos de forma a que se conseguisse resolver o problema. Referiu que aquela intervenção foi muito bem estudada porque é problemática e não se contava com a situação de mau tempo, caso contrário tinha-se avançado com a obra em devido tempo. O município está disponível para que o Senhor Deputado possa ver, caso queira, o referido estudo no sítio próprio. Mais referiu, que não é professor de Geografia pelo que, gostaria de saber, da parte do Senhor Deputado Doutor Anselmo, o nome técnico daquele deslizamento, ao que este respondeu "desbloqueamento, resultante da mistura de terra e pedra."

Não havendo mais ninguém a querer intervir, passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos:

2.2 – Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Pampilhosa da Serra e a CIMRC

Foi presente uma adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Pampilhosa da Serra e a CIMRC.

Considerando que foi outorgado o Contrato do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2014 - 2021 (EEA Grants 2014-2021), que visa o Programa de Desenvolvimento - Projeto 3 - Gestão da Bacia do Rio Ceira Adaptada às Alterações Climáticas e a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), através da ARH Centro;

Considerando que a APA, através da ARH | CENTRO, é responsável pela implementação do PDP - 3, conjuntamente com os parceiros locais, incluindo os Municípios de Arganil, Góis, Lousã e Pampilhosa da Serra, bem como a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto;

Considerando que para a execução do citado Projeto, os parceiros: Municípios de Arganil, Góis, Lousã e Pampilhosa da Serra, delegaram competências na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM|RC), tendo em vista a promoção, otimização de meios físicos, materiais e de capital humano, rentabilizando assim, através de uma única entidade para a execução do projeto, como um todo;

Nessa sequência, por deliberação tomada em Sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 28/02/2020, foi aprovada a minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado em 10/03/2020 entre o Município de Pampilhosa da Serra e a CIM|RC;



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Considerando que o Contrato de Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2014-2021 (EEA Grants 2014-2021), com vista à execução do Programa de Desenvolvimento - projeto 3 "Gestão da Bacia do Rio Ceira Adaptada às Alterações Climáticas" e a Agência Portuguesa do Ambiente através da ARH Centro, foi alvo de uma alteração para albergar, entre outras, a Integração da CIM|RC como entidade parceira, alvo das delegações de competências dos Municípios supra elencados e alteração da calendarização das atividades, alargando o prazo do Projeto até final de junho 2023;

Considerando que o Município de Pampilhosa da Serra e a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra pretendem ainda definir mais detalhadamente os deveres de cada parte, em que a atualização destas competências e valores deverão ser transportas, **em forma de Adenda**, para o Contratos Interadministrativo já celebrado entre o Município e a CIM|RC em 10/03/2020;

Considerando que é necessário alterar o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências assinado em 10 de março de 2020, adaptando-o às modificações introduzidas no Contrato de Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2014-2021 (EEA Grants 2014-2021);

Considerando que Contrato de Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2014-2021 (EEA Grants 2014-2021) prevê que os parceiros sejam financiados a 100% na concretização das atividades e montantes correspondentes ao ANEXO II e III, distribuídos em conformidade com a descrição da Cláusula 4ª da Adenda ao Contrato Interadministrativo, para o Município de Pampilhosa da Serra;

Considerando que os Contratos Interadministrativos têm por objetivo formalizar a delegação de competências, de acordo com o artigo 120º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação em vigor, bem como identificar as condições em concreto em que asseguram o efetivo exercício das atribuições e competências delegadas;

Tendo em conta que o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências é celebrado ao abrigo do disposto nos artigos 116º a 123º e 128º a 130º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação em vigor;

Considerando que o disposto na Cláusula 8.ª do Contrato Interadministrativo de delegação de competências assinado em 10 de março de 2020, prevê que qualquer alteração no decurso da sua execução ou prorrogação estará sujeita a acordo prévio entre as partes e convertida em adenda, que só será válida após a aprovação de ambas as entidades;

É a primeira Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências assinado em 10/03/2020, em que, são alteradas a redação das Cláusulas 2ª, 4ª e 8ª e são introduzidas duas novas Cláusulas: a Cláusula 2ª-A e a Cláusula 2ª B, e mantêm-se em tudo o que não contrarie a presente Adenda, todas as Cláusulas e termos do supra referido Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências.

Atendendo a que é competência da Assembleia Municipal, sob Proposta da Câmara Municipal, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entre a Câmara Municipal e a Entidade Intermunicipal, cfr. a alínea K), do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação em vigor;

A Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada em 8 de fevereiro de 2021, deliberou por unanimidade aprovar e submeter à apreciação e deliberação em Sessão da Assembleia Municipal, a Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências em apreço, elaborada ao abrigo do disposto nas alíneas l) e ccc) do nº 1 do artigo 33º, alínea k) do nº 1 do artigo 25º, dos artigos 116º a 123º e 128º a 130º e do nº 3 do artigo 115º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, atenta a sua atual redação em vigor, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais.

Dada a palavra à Assembleia, e não havendo ninguém a querer intervir, foi posto à votação o documento em apreço, tendo sido aprovado por unanimidade.

Nos termos do disposto no nº 3 e no nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe.

2.3 – Aceitação de Doação ao Domínio Público Municipal de um prédio omissso na matriz predial urbana da Freguesia de Portela do Fojo – Machlo

Tendo em consideração as diligências efetuadas pelo Serviço de Fiscalização da Câmara Municipal, bem como o Despacho proferido pelo Chefe da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo deste Município, apurou-se que todos os proprietários, identificados e notificados, mostraram intenção em abdicar do imóvel em apreço, a favor da sua integração no domínio público.

Importa referir que o prédio é contíguo ao Largo da Cancela, sito na povoação de Trinhão, podendo revelar-se vantajosa a aceitação da sua doação para eventual demolição, afetando a totalidade da área daí resultante ao alargamento do referido largo, permitindo o aumento da área de espaço público para o usufruto da população em geral, passando desta forma a integrar o Domínio Público Municipal.

Assim, a Câmara Municipal, na reunião ordinária de 25 de janeiro de 2021, após análise, ao abrigo da alínea j) do nº 1 do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, atenta a sua atual redação, deliberou por unanimidade aceitar a doação a benefício do Inventário e ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do mesmo artigo, propor à Assembleia Municipal que a mesma delibere sobre a afetação da área resultante da demolição daquele imóvel ao Domínio Público municipal, nos termos da alínea q) do nº1 do artigo 25º, do mencionado diploma.

Dada a palavra à Assembleia e não havendo ninguém a querer intervir sobre o assunto, foi posto à votação o documento em apreço, tendo sido aprovado por unanimidade, proceder-se à aceitação daquele imóvel ao Domínio Público Municipal, nos termos da alínea q) do nº1 do artigo 25º, do diploma supra referido.

Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe.



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.4 – Conselho Municipal de Educação – Atualização da sua Composição e Eleição do Representante das Juntas de Freguesia

O Conselho Municipal de Educação de Pampilhosa da Serra, constituído em 14 de fevereiro de 2004 e composto de acordo com os artigos 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de janeiro, revogado pelo Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, foi sendo alargado o número dos seus representantes por força da Introdução de sucessivas alterações.

Assim, de acordo com o artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, na sua redação atual, o Conselho Municipal de Educação de Pampilhosa da Serra passa a ser composto por 20 conselheiros:

- O Presidente da Câmara Municipal, que preside;
 - O Presidente da Assembleia Municipal;
 - O Vereador responsável pela educação, que assegura a substituição do presidente, nas suas ausências e impedimentos;
 - O Presidente da Junta de Freguesia, eleito pela Assembleia Municipal em representação das freguesias do concelho;
 - O representante do departamento governamental responsável pela área da educação;
 - O representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional respetiva;
 - O Diretor do Agrupamento de Escolas e Escolas não Agrupadas da área do Município;
- Integram também o Conselho Municipal de Educação os seguintes representantes que têm as suas estruturas representadas no município:
- Um Representante do Pessoal Docente do Ensino Secundário Público;
 - Um Representante do Pessoal Docente do Ensino Básico Público;
 - Um Representante do Pessoal Docente da Educação Pré-escolar Pública;
 - Um representante do Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas e Escolas não Agrupadas;
 - Dois Representantes das Associações de Pais e Encarregados de Educação;
 - Um Representante da Associação de Estudantes;
 - Um Representante das IPSS do concelho que desenvolvam atividades na área da educação;
 - Um Representante dos Serviços Públicos de Saúde;
 - Um Representante dos Serviços da Segurança Social;
 - Um Representante dos Serviços de Emprego e Formação Profissional;
 - Um Representante dos Serviços Públicos da área da Juventude e do Desporto;
 - Um Representante das Forças de Segurança.

Ainda de acordo com o n.º 5 do artigo 57º do referido Decreto-Lei, pode o Conselho Municipal de Educação deliberar que sejam convidadas a estar presentes nas suas reuniões, de acordo com a especificidade das matérias a discutir, personalidades de reconhecido mérito na área de saber em análise.

Por forma a dar cumprimento à alínea d) do n.º 1 do artigo 57.º e do artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, a Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada no dia 08 de fevereiro de 2021, deliberou



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

propor à Assembleia Municipal a eleição do Presidente da Junta de Freguesia, em representação das Freguesias do Concelho, bem como a nomeação do Conselho Municipal de Educação nos termos acima expostos.

Foi apresentada à Mesa uma única proposta, a sugerir para o referido cargo a Presidente de Junta de Freguesia de Cabril, Anabela Nunes Martins.

Procedeu-se de seguida à votação, através de voto secreto, do Presidente da Junta de Freguesia que deverá integrar o Conselho Municipal de Educação, tendo-se obtido o seguinte resultado:

- 18 votos "sim" e um voto em branco.

Assim e face ao resultado obtido, integrará o Conselho Municipal de Educação, fazendo parte dele, a Presidente da Junta de Freguesia de Cabril, Anabela Nunes Martins.

Seguidamente, a Assembleia Municipal, de acordo com o artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, na sua redação atual, aprovou por unanimidade, a composição do Conselho Municipal de Educação de Pampilhosa da Serra, nos termos acima expostos.

Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe.

III – PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO

Usou da palavra o Senhor Presidente Hermano Almeida, para propor à Assembleia, que, na sequência do pedido inicial e da resposta e sugestão do Senhor Presidente da Câmara, se elabore um texto a agradecer as comunicações e o interesse que o Grupo Parlamentar Os Verdes têm demonstrado por quem vive no interior deste país e solicitar-lhes a sua intervenção, no sentido de as Operadoras dotarem as povoações onde já passa a fibra, dos equipamentos necessários para que a sua população possa usufruir desta infraestrutura, tão necessária nesta época.

Esta proposta deverá ser enviada à ANACOM e complementar as muitas solicitações efetuadas pelo Executivo Municipal.

Mais propõe, caso seja aprovada esta proposta, que a mesma seja enviada também para os Grupos Parlamentares do PSD e do PS, porque os Senhores Deputados que estão nesta sala foram eleitos por aqueles dois partidos.

O Senhor Deputado Doutor Anselmo Gonçalves pediu a palavra e referiu que a comunicação desta iniciativa dirigida ao Grupo Parlamentar Os Verdes tem toda a razão, mas gostaria que também fosse direcionada a todos os partidos com assento parlamentar, sem exceção, solicitando um olhar atento ao interior de Portugal.

Mais referiu que, como professor, tem tido todos os dias problemas com a internet a tentar chegar aos seus alunos, e tem conhecimento que os alunos de Fajão têm tido problemas excessivos no acesso à Internet, pese embora o trabalho excecional que a Junta de Freguesia de Fajão tem desenvolvido para resolver o problema.

S. R.



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguidamente, pediu a palavra o Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Fajão, Carlos Simão, e informou que tem insistido todas as semanas junto do Senhor Vice-Presidente Jorge Custódio e da Senhora Vereadora Alexandra Tomé, através dos quais tem tido toda a ajuda da Câmara Municipal no sentido de tentarem resolver o problema junto das Operadoras, nomeadamente da Altice, e têm disponibilizado pessoal técnico para sinalizar os pinheiros decompostos que estão constantemente a partir as linhas, bem como a visita dos trabalhadores da PT, conjuntamente com os Sapadores Florestais para tentarem minimizar o problema. Será de todo conveniente que a Assembleia e a Câmara Municipal façam uma pressão mais elevada junto de quem de direito, uma vez que o problema existe em toda a freguesia de Fajão-Vidual, desde os Incêndios de 2017.

Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Ricardo Serra que, após cumprimentar os presentes referiu que pretendia saber a situação da obra de requalificação da Estrada Nacional 344, se há desenvolvimentos, tendo em conta que a mesma já revela algum desgaste;

Mais referiu que tem conhecimento que as Infraestruturas de Portugal adjudicaram uma obra de memorial em Pedrógão Grande, às vítimas dos Incêndios de 2017, num montante de 1.8 milhões de euros. Não pondo em causa tal obra, que é merecida, coloca em causa, sim, os valores, quando ainda há imenso trabalho a fazer neste interior de Portugal. O Senhor Presidente José Brito teve sempre grandes dificuldades em conseguir negociar verbas e agora sabemos que se desbloqueia 1.8 milhões de euros assim com esta rapidez. Não põe em causa a obra, a homenagem é extremamente pertinente, mas os valores, depois de tudo o que se passou, transcendem tudo aquilo que é aceitável, no seu ponto de vista, sabendo nós que neste interior ainda há dificuldades e um memorial não precisa de custar 1.8 milhões de euros para manifestar um sentimento.

Seguidamente foi dada a palavra ao Senhor Deputado César Oliveira que, após cumprimentar os presentes referiu que a pandemia modificou-nos a vida a todos, faz parte do nosso dia-a-dia. Particularmente, as pessoas, como é o seu caso, obrigadas a estar em casa em teletrabalho, mesmo confinadas, as coisas passaram a ter uma importância acrescida. E, para quem está longe do Município da Pampilhosa, a verdade é que nunca deixou de estar minimamente por dentro do que aqui acontecia, daquilo que os pampilhosenses estavam a sentir, como por exemplo o extraordinário desempenho do nosso representante Tiago Silva no Programa de Televisão "The Voice"; o desempenho que a Câmara Municipal teve nas atividades que desenvolve, não só substituindo-se ao Governo na ação social da parte escolar, como na entrega dos computadores, o apoio às pessoas mais desfavorecidas, criando circuitos, ajudando a comprar os medicamentos e bens de primeira necessidade. Quando estava em casa confinado, sempre teve conhecimento de tudo isto, porque existe uma coisa que se chama "CCN Jornal". Hoje é a 40ª edição, pelo que, se o Senhor Presidente estiver de acordo e aceitar, gostaria que esta Assembleia Votasse um Voto de Louvor a todos quantos semanalmente, criam e ditam o "CCN Jornal", porque é isso que nos traz as



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

notícias da Pampilhosa. Porque não basta criticar, sempre que as coisas são bem feitas e têm valor, nós devemos agradecer e propor louvores a essa gente. E quando é a nossa gente ainda mais sentido faz o nosso agradecimento a essas pessoas. Muito obrigado.

De seguida o Senhor Deputado António Caetano usou da palavra e referiu que quem está neste concelho, sentiu na pele de uma forma dura os últimos tempos, é algo que devemos lembrar e dar um sinal de que os pampilhosenses estão a saber ser fortes, resilientes, somos um concelho de gente de muito carácter. Tudo o que o nosso concelho passou, na nossa dimensão, foi algo que considera terrível. Não podemos esquecer que tivemos quase 370 infetados Covid e três dezenas de falecimentos; no fundo gostava de lembrar todas as pessoas que faleceram e as famílias, não só, mas também por via desta sessão que está a acontecer, os momentos difíceis, alguns vivenciados mais de perto, e dar uma palavra de conforto a todas essas famílias que perderam entes queridos na sequência, de forma direta ou indireta, da pandemia.

Relativamente à questão da vacinação e olhando para os números, dá algum alento, porque considerando esse mesmo número de infetados e tendo em conta aquilo que são as palavras de um conhecido virologista português, Pedro Simas, que devemos multiplicar sempre esse valor por três, vamos encontrar provavelmente o número real de pessoas infetadas, que poderão ter estado infetadas e não souberam, e olhando para o número de vacinação, considera que o nosso concelho já vai num ponto de imunidade ou de alguma resistência à própria doença, que nos faz no fundo pensar nalguma esperança para o futuro, o que é importante. Louvar toda a mecânica e toda a orgânica que a Câmara Municipal está a montar e a disponibilizar ao Centro de Saúde, que é quem tem que gerir toda esta situação. As coisas estão organizadas e com o apoio dos nossos Presidentes de Junta está convencido que se vai chegar a toda a gente o mais rapidamente possível. É isso que tanto ansiamos e desejamos para as nossas famílias e para a nossa população. Agradecer todo esse esforço que neste momento deve concentrar-se ao máximo – assim haja vacinas, como é óbvio - para que rapidamente possamos pensar numa primavera e início de verão já de uma forma mais tranquila. Nesse sentido, deixa aqui um sinal de esperança, de alento e de agradecimento daquilo que está a ser feito. E voltarmos a pensar e a preparar aquilo que é o futuro, o que o concelho pode e deve voltar a dar às pessoas. A título de exemplo, referiu que nos últimos fins de semana, tem-se deslocado para a Barragem de Santa Luzia com a sua família, para aproveitar o sol e toda aquela paisagem envolvente, sobretudo a ciclovía do Casal da Lapa, dá uma tranquilidade e uma alma imensa para quem está a viver toda esta pandemia. Podermos usufruir daquele espaço num tempo como este, ainda lhe damos um valor maior, que às vezes muitos de nós não damos valor a algo tão belo, tão esplendoroso como nós temos em toda aquela zona do Casal da Lapa. Prepararmo-nos para o futuro é voltar a dotar e a melhorar todo aquele espaço, na questão da sinalética, dos percursos de BTT e dos percursos pedestres, revisitando toda essa situação por forma a que nos preparemos para voltarmos a ter condições para receber as pessoas e a Pampilhosa continuar a ser cada



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vez mais o Centro da Natureza. Isto no fundo é um sinal de esperança e devemos continuar a olhar para as coisas belas e bonitas que temos. Muito obrigado.

Seguidamente usou da palavra o Senhor Deputado Jorge Pires, que, após saudar os presentes, referiu que embora já tenha sido abordado um pouco de tudo, nomeadamente a questão da evolução da obra de requalificação da E.N. 344, pretende reforçar uma mensagem sobre os tempos que estamos a passar, não só no nosso concelho mas no país inteiro e de uma forma global. Embora seja uma pessoa positiva, sente que este vírus foi programado, as sociedades não estavam capacitadas e atingiu a fragilidade das pessoas. No nosso concelho teve uma incidência que nos trouxe alguma mágoa mas que val ser ultrapassado. A evolução do vírus é estranha, cada vez mais as pessoas têm que ter muito cuidado com as suas famílias, porque nada ainda mudou e a situação vai durar. Precisava de passar aqui esta mensagem, para termos cuidado com os nossos, quer na família quer no trabalho, quem está principalmente à frente das barricadas. Enaltecer o trabalho na parte da saúde, e enaltecer o da Câmara, das iniciativas que vão sendo feitas que não deveriam ser da sua exclusividade. O país tem que ter uma gestão mais central nestas situações e não o faz. Por isso enaltece a forma efetiva e presencial das ações da Câmara Municipal, não só relativamente aos jovens mas principalmente junto dos mais idosos da nossa população. É uma referência, é de louvar, e deve continuar porque o país é para todos. Desde o início do ano o número de mortes por Covid em pessoas com mais de 65 anos aumentou e é uma lição que devemos tirar para o futuro. Não está otimista, gostava que no verão tudo mudasse cada vez mais, continua a pensar da mesma forma, que o concelho e o Interior de Portugal têm que apostar no setor primário, na floresta e no turismo, acima de tudo, mas neste momento, face a todas as vicissitudes, a gestão governativa em curso e os problemas que temos, não podemos descurar a guarda e devemos combater esta pandemia de uma forma exemplar. Esperemos que as vacinas tenham efeito efetivo e que nos permita viver depois de uma forma mais tranquila, com mais qualidade e mais liberdade. Muito obrigado.

Seguidamente foi dada a palavra ao Senhor Presidente José Brito que, relativamente à questão da EN 344 informou a Assembleia Municipal da evolução de todo o processo, depois daquilo que deu a conhecer na última sessão; que o montante para a estrada já está incluído na chamada "bazuca", nas obras que lá estão definidas, com um valor total relativamente ao projeto que foi aprovado na totalidade, de 7.000.000,00€ + IVA. As Infraestruturas de Portugal assumiram também o lançamento do concurso e assumiram o custo da fiscalização, no valor de 300.000,00€, porque exige engenheiros e técnicos todos os dias a acompanhar o empreiteiro na obra. Todas as especialidades já estão aprovadas pelas Infraestruturas de Portugal, faltando apenas definir e ultimar a questão das expropriações, praticamente tudo concluído, sendo que o que está em causa são terrenos dos quais se desconhece o proprietário e aguarda-se que alguém se manifeste antes da obra começar. Pensa que a maior parte das pessoas com certeza abdicarão de qualquer compensação. Outro fator que está a ser ultimado é a questão da deslocalização da adutora das Águas do Centro que, como



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

é do conhecimento geral, vai pela Estrada Nacional até ao Alto das Aldelas. Terá que ser feita uma nova e aguardamos que as Águas de Portugal assumam esses encargos. Por outro lado, o protocolo foi feito com determinadas condições, e temos agora a assunção de outros compromissos totalmente diferentes, mesmo no que diz respeito aos montantes, havendo necessidade de alterar o mesmo. As Infraestruturas de Portugal já estão a tratar disso, solicitaram elementos para elaborarem uma proposta de novo protocolo e gostaria muito que o concurso fosse lançado na Pampilhosa para sinalizarmos este momento que é importante. A chamada "bazuca" está em discussão pública e são 14.000 milhões. Vai realizar-se uma reunião no dia 22 porque é evidente que neste tipo de instrumentos ficam esclarecidas apenas obras de vulto e iniciativas pesadas, e nós temos pelo menos duas situações que gostaríamos de colocar em cima da mesa, vamos apresentar propostas para este processo que está em discussão, concretamente a obra da ponte sobre a albufeira de Santa Luzia a ligar Malhada do Rei ao cimo do Casal da Lapa, junto à zona dos muros, e a nova ponte na Pampilhosa, que é fundamental que aconteça o mais rápido possível, já tem também projeto de arquitetura e vai fazer uma nova travessia. Para além de outra, que é fundamental e que também já foi proposta na altura da reunião das Infraestruturas de Portugal, que é a segunda fase da EN 344, do cruzamento de Maria Gomes pelo menos até à ponte da Amoreira. Quando apresentou esta questão ao Presidente das Infraestruturas houve abertura para isso, no sentido da possibilidade de haver sobras de dinheiro, de projetos que não têm execução e isso tem prazos. Nessas alturas costumamos agarrar projetos que já temos em cima da mesa, que são exequíveis e mais rapidamente se põe a obra em curso. Já sabemos que o projeto da segunda fase da EN 344 custa cerca de 80.000,00€, mas não podemos fazer projetos para obras em infraestruturas que não são da responsabilidade do Município, pelo que, só através de um protocolo tal qual como fizemos com o outro troço, para que isso possa acontecer. Outro problema gravíssimo que temos é a ligação da Pampilhosa ao Gavião, que está terrível e tem que ser pensada com muita rapidez. Há muros nesta estrada que há um ano tiveram uma revisão muito leve e que qualquer dia começam a dar problemas sérios. É uma estrada que carece urgentemente de ser requalificada de forma a evitar problemas maiores.

Ainda relativamente à EN 344, o concurso é internacional e vai levar algum tempo, pelo menos mais de meio ano. Se a obra começar para o fim do ano já é bom. É quanto se lhe oferece informar.

Não havendo mais ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente Hermano Almeida colocou à consideração da Assembleia a proposta do Senhor Deputado César Oliveira de "Voto de Louvor a todos quantos colaboram no CCN Jornal" e, não havendo nenhuma objeção, foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Seguidamente, o Senhor Presidente Hermano Almeida referiu que no seguimento da proposta de agradecimento formulada pela Mesa da Assembleia, a remeter ao Grupo Parlamentar Os Verdes, sobre a questão da abordagem às dificuldades de acesso à internet no Interior do país; tendo em atenção que a Mesa, após análise, aceita a sugestão do Senhor Deputado Doutor Anselmo Gonçalves para que a proposta



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de agradecimento, além de ser remetida aos partidos aqui representados, seja enviada a todos os grupos parlamentares, a solicitar apoio para questionarem o Governo no mesmo sentido, como chamada de atenção para os problemas do interior.

Seguidamente o Senhor Presidente Hermano Almeida colocou à consideração da Assembleia a referida proposta e não havendo qualquer objeção, foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Não havendo mais ninguém a querer intervir, o Senhor Presidente Hermano Almeida deu por encerrada a sessão, quando eram vinte e duas horas e trinta minutos. Agradeceu aos colegas da Mesa o apoio prestado, à comunicação social presente, aos funcionários da Câmara que apoiam os trabalhos, aos Senhores Deputados Municipais, ao Senhor Presidente da Câmara e restante Executivo presente.

De tudo o que foi dito, lavrou-se a presente ata, que foi posteriormente assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Hermano Manuel Gonçalves Nunes de Almeida e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Técnica Superior, que a redigi e subscrevi.